



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JCBC
Nº 70027904077
2008/CÍVEL

AÇÃO DIRETA DE
INCONSTITUCIONALIDADE

DE

ÓRGÃO ESPECIAL

Nº 70027904077

COMARCA DE PORTO ALEGRE

EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL
DE SANTA CRUZ DO SUL

PROPONENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE
VEREADORES DE SANTA CRUZ DO
SUL

REQUERIDO

EXMO. SR. PROCURADOR-GERAL
DO ESTADO/RS

INTERESSADO

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Ação Direta de Inconstitucionalidade intentada pela SENHORA PREFEITA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL, tendo por objeto a retirada do ordenamento jurídico da Lei Complementar nº 407/2008, de 18 de novembro de 2008, que alterou dispositivos da Lei Complementar Municipal nº 296, que dispunham sobre o gozo de férias dos servidores e sua duração.

Segundo alega a proponente, a inconstitucionalidade reside na circunstância de que a lei impugnada padece de vício de iniciativa, por dispor acerca do regime jurídico dos servidores públicos do município, invadindo a competência do Chefe do Poder Executivo. Aduz, ainda, que a



JCBC
Nº 70027904077
2008/CÍVEL

norma impugnada é contrária ao interesse público, violando o princípio da harmonia e independência entre os Poderes.

Aponta jurisprudência em favor de tese, quanto ao vício formal da norma contestada.

Pede liminar, justificando o cabimento.

Presentes os pressupostos, defiro a liminar pleiteada, até o pronunciamento definitivo do colegiado.

E o faço porque a jurisprudência desta Corte sobre o tema em debate, referente ao vício de iniciativa, é no sentido da inconstitucionalidade de normas similares, como se observa nos seguintes precedentes elencados na peça inicial:

ADIN. INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI MUNICIPAL DE INICIATIVA DO LEGISLATIVO POR AFRONTA À COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO EXECUTIVO PARA ESTABELECER REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS. OFENSA AOS ARTS. 22, INC. I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL e 8º, "CAPUT", 10 E 60, INC. II, ALÍNEA "B", DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. AÇÃO JULGADA PROCEDENTE. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70014840540, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Osvaldo Stefanello, Julgado em 21/08/2006)

CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA. CARGOS PÚBLICOS. RESTRIÇÃO À INVESTIDURA EM CARGOS COMISSIONADOS. "NEPOTISMO". LEI DE INICIATIVA DO LEGISLATIVO LOCAL. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. 1. Embora constitucional, materialmente, a



JCBC
Nº 70027904077
2008/CÍVEL

restrição à investidura de parentes em cargos em comissão, banindo o chamado "nepotismo", conforme proclamou o STF (ADIn 1.521-4-RS, Rel. Min. MARCO AURÉLIO), tratando-se de matéria respeitante ao regime jurídico dos servidores do Município, a iniciativa do processo legislativo compete, consoante o modelo nacional, obrigatório para Estados e Municípios (ADIn 872-RS, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE), ao Chefe do Executivo. 2. AÇÃO DIRETA JULGADA PROCEDENTE. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70012156329, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Araken de Assis, Julgado em 03/10/2005)

ADIN. LEI Nº 3297 DE 8.04.05, QUE ALTEROU A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 49 E 50 DA LEI MUNICIPAL Nº 3225/04 DE VIAMÃO. EXIBE-SE INCONSTITUCIONAL LEI MUNICIPAL QUE PROMOVE MODIFICAÇÃO NO PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, SEM A INICIATIVA DE PROJETO-DE-LEI DO PODER EXECUTIVO. VÍCIO FORMAL DE ORIGEM, POIS, MATÉRIA VERSANDO SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS TEM A SUA INICIATIVA LEGISLATIVA CONDICIONADA AO TALANTE DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. INVASÃO DE PODER. OFENSA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, NOTADAMENTE AO ART. 60, II, "B". AÇÃO JULGADA PROCEDENTE (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70011769395, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Vasco Della Giustina, Julgado em 15/08/2005)

Ante o exposto, suspendo a eficácia da Lei Complementar nº 407/2008, do Município de Santa Cruz do Sul, até o julgamento do mérito, deixando de me manifestar a respeito da alegada inconstitucionalidade material, na medida em que no atual estágio do processo, basta o reconhecimento do vício de iniciativa, para a concessão da liminar.



JCBC
Nº 70027904077
2008/CÍVEL

Observado o disposto no Ato 09/2008 da
egrégia Presidência desta Corte, cite-se, notifique-se e
intime-se.

Porto Alegre, 05 de janeiro de 2009.


DES. JOÃO CARLOS BRANCO CARDOSO,
Relator.